

in NICO, B. (2012). "Saberes, linguagens e práticas educativas: os vértices de um diálogo necessário (o caso do Alandroal/Portugal)". in Mairce Araújo e Jacqueline Moraes (Orgs.). *Vozes da Educação: formação de professores, narrativas, políticas e memórias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Saberes, linguagens e práticas educativas: os vértices de um diálogo necessário (o caso do Alandroal/Portugal)¹

Bravo Nico²

A relação entre os sistemas de qualificação e os territórios é uma realidade complexa e determinante para a adequada resolução da equação qualificadora em cada contexto territorial, com suas respectivas dimensões sociais, econômicas e culturais.

Aspectos como a geografia, a orografia, as acessibilidades ou o tipo de povoamento, entre outras, assumem-se, na atualidade, como variáveis importantes, que devem ser consideradas nos processos de desenho e concretização das políticas de qualificação, principalmente nas que incorporam preocupações de estímulo ao desenvolvimento local.

O território comporta, entretanto, outras dimensões que se cruzam com a da qualificação e suas respectivas redes. De fato, em cada contexto geográfico, resultado da ação de um universo de instituições que nele existem ou atuam, podemos

¹ Pesquisa realizada no âmbito do projeto de investigação PTDC/CED/81388/2006, Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal, promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Professor da Universidade de Évora, Portugal.

identificar outras redes territorializadas – com as suas linguagens e práticas educativas específicas – que concorrem para a qualificação dos indivíduos e das instituições (Nico: 2008).

A qualificação em cada território – com suas circunstâncias históricas, sociais, econômicas e culturais – é um meio heterogêneo e dinâmico, em que coexistem múltiplas iniciativas, num mapa que, na maioria dos casos, não foi previamente desenhado nem tampouco idealizado, mas que resultou de cada ação singular. Observar, conhecer e, eventualmente, intervir nesse mapa é um exercício de enorme complexidade e exigência, que requer uma leitura atenta, pormenorizada e integradora do universo educacional da realidade investigada e uma latitude conceitual suficientemente capaz de albergar a totalidade da diversidade de projetos qualificadores existentes em cada contexto.

O caso aqui apresentado – o do concelho do Alandroal, situado na região do Alentejo, ao sul de Portugal – oferece-nos um quadro bastante interessante de análise da complexa relação que existe entre o território e a qualificação.

1. AS REDES DE QUALIFICAÇÃO

1.1. As redes formais de qualificação

O Alandroal é um município com 544,86 km² de área e aproximadamente 6.100 habitantes (INE: 2002), composto de seis freguesias: Juromenha, Terena, São Brás dos Matos, Capelins, Santiago Maior e Nossa Senhora da Conceição. No território do concelho do Alandroal verificamos a coexistência de quatro redes formais de qualificação, que em seguida indicaremos.

1.1.1. *A rede formal de educação*

Nesta primeira dimensão, encontramos as seguintes realidades:

- i) a intervenção precoce – modalidade de intervenção que se destina a contemplar crianças até a idade escolar que estejam em risco de atraso de desenvolvimento, manifestem deficiência, ou possuam necessidades educativas especiais. Consiste na prestação de serviços educativos, terapêuticos e sociais a essas crianças e às suas famílias com o objetivo de minimizar efeitos nefastos ao seu desenvolvimento. A tutela desse programa é repartida entre os ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social;
- ii) os estabelecimentos de educação pré-escolar – constituem uma rede em que coexistem instituições públicas, privadas e solidárias. Esses estabelecimentos são tutelados pelas respectivas instituições proprietárias e encontram-se enquadrados por normativos dos ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade;
- iii) a escola pública, no âmbito dos ensinos básico e secundário, no território do município do Alandroal e em municípios adjacentes – formada pelos estabelecimentos de ensino públicos que disponibilizam a oferta educativa, nos níveis dos ensinos básico e secundário. A tutela dessa rede compete ao Ministério da Educação, sendo que a Câmara Municipal do Alandroal possui competências no âmbito do ensino básico, nomeadamente no que se refere a edifícios, funcionários não docentes, atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, alimentação e outros tipos de apoio;
- iv) as escolas privadas nos territórios próximos ao município do Alandroal – estabelecimentos de ensino privados

e cooperativos, que disponibilizam oferta educativa ao nível do ensino secundário. Tais instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e pelo Ministério da Educação;

- v) a rede de Centros Novas Oportunidades (CNO) – constituída pelos CNO públicos e privados que operam no município e em territórios próximos e disponibilizam oferta educativa a adultos através do processo de reconhecimento, validação e certificação académica e/ou profissional dos adquiridos experienciais (níveis básico e secundário) e do encaminhamento dos indivíduos para percursos de formação. A rede de CNO é tutelada pelos ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social.

1.1.2. A rede formal de formação

Nesta segunda dimensão encontramos o trabalho realizado pelos Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional que operam no território e que são tutelados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

1.1.3. A rede formal do ensino superior

Nesta terceira dimensão encontramos a presença ativa de alguns estabelecimentos públicos de ensino superior localizados na região (Universidade de Évora e os Institutos Superiores Politécnicos de Beja e Portalegre) e da Universidade Aberta (instituição pública de ensino superior a distância). Essas instituições são tuteladas pelo Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior.

1.1.4. A rede formal de qualificação

A rede formal de qualificação é constituída pelas organizações não governamentais da sociedade civil que, tendo celebrado protocolos com instituições públicas financiadoras, disponibilizam oferta qualificante certificada. É o caso de fundações, estabelecimentos particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, associações juvenis, empresas etc. Essas instituições são tuteladas pelos respectivos associados e pelas organizações públicas financiadoras.

1.2. As redes não formais de qualificação

No território do concelho do Alandroal, verificamos a coexistência de sete redes não formais de qualificação, que em seguida indicaremos.

1.2.1. A rede não formal de aprendizagem

Constituída pelas organizações não governamentais da sociedade civil que disponibilizam oferta qualificante não certificada. Para lá das instituições já indicadas anteriormente (cf. tópico 1.1.4), pode-se incluir ainda as associações de natureza desportiva, cultural e recreativa. Esse universo de instituições – tuteladas pelos respectivos associados – tem presença bastante ativa no território, contando com uma participação significativa dos cidadãos.

1.2.2. A rede não formal de formação profissional

Nesta dimensão encontramos o universo das micro, pequenas e médias empresas locais, no seio das quais vão ocorrendo microepisódios de aprendizagem concretizados por proprietários e colaboradores. A aquisição de novos equipamentos, a adoção de

novas estratégias de funcionamento, a contratação de colaboradores, a necessidade de cumprimento de regras contabilísticas ou organizacionais distintas, ou ainda a necessidade de certificação dos produtos ou serviços disponibilizados são momentos em que ocorrem aprendizagens, a maioria das vezes não certificadas. Essas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e, em determinadas circunstâncias, observam as indicações dos ministérios da Economia, do Trabalho e da Solidariedade e das Finanças.

1.2.3. A rede não formal das instituições da dimensão social

Neste âmbito encontramos as organizações não governamentais que desenvolvem atividades de apoio às comunidades locais. Esse universo de instituições, com forte presença no território e importante ação social, é tutelado pelos respectivos associados e cumpre, em determinadas circunstâncias, as indicações do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e dos organismos municipais.

1.2.4. A rede não formal das instituições da dimensão cultural

Nesta dimensão desenvolvem atividade as instituições que promovem, divulgam e concretizam a atividade cultural. Tais organizações são tuteladas pelos respectivos associados e, em determinados casos, poderão celebrar protocolos com o Ministério da Cultura e com as autarquias locais.

1.2.5. A rede não formal das instituições de saúde

Encontramos neste plano o centro de saúde (e respectivas extensões), a farmácia e todas as organizações que, de forma direta ou indireta, promovem atividades de aprendizagem não formal

na área da saúde. Essas instituições são tuteladas pelo Ministério da Saúde.

1.2.6. A rede não formal das instituições de segurança

No território em causa encontramos a presença da Guarda Nacional Republicana, que desenvolve ações de educação destinadas aos mais jovens, através do Programa Escola Segura, e aos mais idosos, por meio de programas de informação e prevenção. A Guarda Nacional Republicana é tutelada pelo ministério da Administração Interna.

1.2.7. A rede não formal da comunicação social

Constituída pelos órgãos de comunicação social locais e regionais com atividade no território. Encontram-se nessas condições alguns jornais e rádios locais e regionais, empresas essas que são tuteladas pelos respectivos proprietários.

1.3. As redes informais de qualificação

No território do concelho do Alandroal existe, ainda, uma décima segunda rede de qualificação: a rede informal, que se materializa nas redes comunitárias de convívio e de vizinhança, que são, na região do Alentejo – caracterizada pelo povoamento concentrado, por uma amplitude de contatos sociais e pela força dos laços sociais e familiares –, uma realidade muito importante no cotidiano de cada indivíduo.

2. ALGUMAS COORDENADAS DO MAPA DA QUALIFICAÇÃO

A partir deste exercício de cartografia educacional, nos vemos perante uma realidade bem mais rica e interessante do que

aquela que nos é descortinada quando a nossa observação é filtrada pelas lentes da educação formal.

De fato, podemos atestar a existência de 12 redes de aprendizagem no território em estudo, além de outras tantas tutelas. Essa realidade heterogênea, diversa e atomizada, remete-nos à existência de vários pensamentos educacionais, diferentes saberes em diversos contextos de aprendizagem e múltiplas práticas educativas, sendo certo que a maioria dos indivíduos frequenta, em simultâneo, muitos desses contextos de educação e formação.

Na tentativa de organizar, de forma simples, a informação anteriormente indicada, apresentamos, em seguida, uma categorização das principais características dos saberes, linguagens e práticas educativas que se encontram presentes nas redes formais e não formais de educação existentes no território do município do Alandroal.

Tabela 1. Características dos saberes, linguagens e práticas educativas

	Redes Formais	Redes Não Formais
Saberes	Acadêmicos Padronizados Legitimados Escritos Hegemônicos	Não acadêmicos Pouco formalizados Locais Pouco ou nada escritos Em "perigo de extinção"
Linguagens	Científica Escritas	Empíricas Pouco escritas ou orais
Práticas Educativas	Intrageracionais Mais verticalizadas Formalizadas Monodimensionais	Intra e intergeracionais Menos verticalizadas Conviviais Multidimensionais

Outro aspecto a considerar, neste mapa da qualificação, decorre da existência de evidentes segmentações dos espaços e dos tempos da aprendizagem:

- a) A segmentação geracional dos contextos de aprendizagem: nota-se o predomínio dos indivíduos mais jovens nos contextos mais formais de qualificação, enquanto se verifica o inverso com os indivíduos menos jovens, que frequentam mais os contextos não formais. Essa dimensão promove um predomínio do contato intrageracional e uma rarefação dos contatos intergeracionais, fato que ainda é mais reforçado pelos diferentes espaços e tempos das rotinas pessoais e profissionais que os indivíduos adotam ao longo dos respectivos ciclos vitais;
- b) A segmentação geracional na exposição aos saberes: o aumento dos percursos formais de aprendizagem, no que diz respeito às gerações mais jovens, tem sido acompanhado por uma maior exposição a saberes, linguagens e práticas educativas mais escolares e padronizadas. Ao contrário, as gerações menos jovens estão mais expostas aos saberes, linguagens e práticas educativas menos escolares e menos padronizadas, localizadas com frequência nos contextos familiares e comunitários;
- c) A ausência de diálogo entre os saberes e as linguagens que coexistem no território: essa realidade decorre da ausência de saberes, linguagens e práticas educativas nos contextos formais e escolares de aprendizagem e do aumento, constante e progressivo, da distância entre as culturas locais e escolares;
- d) Um relacionamento interinstitucional casuístico e incoerente: resultante do carácter atomizado e descoordenado da ação educacional, que promove, em determinadas circunstâncias, sobreposição e competição.

3. ALGUMAS COORDENADAS PARA UM NOVO MAPA DA QUALIFICAÇÃO

Os resultados da cartografia realizada no território do município do Alandroal (semelhantes àqueles que poderíamos observar na maioria dos municípios portugueses) remetem-nos para um novo horizonte da realidade da qualificação nos territórios, em que identificamos novas coordenadas que determinam novas latitudes nos conceitos, nos pensamentos, nas práticas e nas decisões:

- i) Alargamento do perímetro do conceito de instituição educativa, no sentido de, nessa nova geometria, abarcarmos a totalidade do universo institucional de cada território, no qual se dá um conjunto diverso e rico de oportunidades de aprendizagem;
- ii) Assumir a geometria variável e evolutiva da rede territorial de aprendizagem;
- iii) Instituir um pensamento não hegemônico que impulse a simbiose entre a aprendizagem formal e as práticas educativas próprias dos contextos não formais e possibilite a convivência complementar entre as instituições das redes públicas de qualificação e as organizações da sociedade civil das comunidades locais;
- iv) Preservar a memória das comunidades e dos territórios, que muitas vezes só existe em plataformas culturais pouco organizadas e muito afastadas dos sistemas formais, escritos e legitimados de expressão;
- v) Não excluir as comunidades e os respectivos territórios dos processos de desenho, construção e operacionalização dos sistemas formais de qualificação.

Conclusão

O diálogo entre os sistemas de qualificação e os territórios deve ter como principal meta a promoção de dinâmicas de desenvolvimento e coesão social e, nessas condições, pensar a qualificação num determinado território convida-nos a uma reflexão sobre os múltiplos aspectos de uma realidade complexa, diversa e heterogênea. Trata-se de um diálogo entre saberes, linguagens e práticas educativas de diferentes origens, diversas modalidades de divulgação, distintas formas de legitimação e representações peculiares. Mas, também, estamos diante de um diálogo ativo no âmbito de uma plêiade de atores locais, que coexistem e se relacionam no mesmo ambiente espaço-temporal.

É nessa nova latitude conceitual que devemos observar, estudar e intervir concretamente na realidade da qualificação em cada território. Considerar todas as manifestações e episódios de aprendizagem, incluir todos os seus promotores e atribuir a mesma dignidade e valor a toda a qualificação, independentemente de sua origem ou características, é um novo exercício territorial, que se torna necessário promover.

Cada alandroalense transporta, no seu portfólio pessoal de aprendizagem e de vida, uma grande contribuição para a construção desse universo. Nenhum desses fragmentos é dispensável, e todos têm seu valor intrínseco. Se assim é na vida de cada pessoa, assim deverá ser também na realidade de cada território.

Referências

- INE. *Censos 2001. Resultados definitivos*. Lisboa: INE, 2002.
- NICO, B. "Aprender no interior português: vértices para um pensamento integrado e uma ação responsável". In: NICO, Bravo (org.). *Aprendizagens do interior: reflexões e fragmentos*. Lisboa: Pedago, 2008, pp. 9-19.